



ESTADO DO CEARA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

LEI Nº 246 /97 de 28 de Maio de 1.997.

Dispõe sobre o ESTATUTO DO PROFESSOR MUNICIPAL e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Abaiara Ce, no uso de suas atribuições que lhes são facultadas por lei etc.,

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e Eu Sanciono e promulgo a seguinte lei.

## CAPITULO I

### Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Este estatuto disciplina o regime jurídico do Pessoal do magistério público Municipal.

parágrafo único - A esta Lei dá-se o nome de ESTATUTO DO PROFESSOR MUNICIPAL.

Art. 2º - Para efeito deste estatuto:

I- Pessoal do magistério é todo aquele que exerça funções docentes e especializadas na área de educação;

II- Funcionário é o pessoal legalmente investido em cargo público, de provimento efetivo ou em comissão;

III- Cargo é o conjunto de deveres, atribuições e responsabilidades cometido ao funcionário, criado por lei como denominação própria e a que correspondem vencimentos específicos;

IV- Classe é o agrupamento de cargos da mesma natureza funcional e da mesma responsabilidade;

V- Série de classe é um conjunto de classe, de atribuições da mesma natureza escalonados quanto ao grau de complexidade e responsabilidade, e ao nível de vencimentos;

VI- Grupo é o conjunto de séries de classe reunidas segundo a correlação e afinidade entre as atividades de cada um, a natureza do trabalho ou o grau de conhecimento necessário a exercício das respectivas atribuições.

Art. 3º O Quadro do Pessoal de Magistério Municipal será estruturado nas seguintes classes:

I

- PESSOAL DOCENTE:

- a) - Professor Regente Auxiliar nível I
- b) - Professor Regente Auxiliar nível II
- c) - Professor Regente Auxiliar nível III
- d) - Professor Regente nível I
- e) - Professor Regente nível II
- f) - Professor Regente nível III
- g) - Professor Regente nível IV

II

- PESSOAL ESPECIALIZADO:

- a) - Auxiliar Pedagógico nível I
- b) - Auxiliar Pedagógico nível II



ESTADO DO CEARÁ

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA  
"Atrase Nunca Mais"

c) Supervisor Pedagógico nível I

b) Supervisor Pedagógico nível II

III- Pessoal Administrativo:

a) Diretor Pedagógico nível I

b) Diretor Pedagógico nível II

c) Secretário de Escola nível I

d) Secretário de Escola nível II

e) Coordenador de Convênio nível I

f) Coordenador de Convênio nível II

g) Coordenador de Convênio nível III

h) Auxiliar Administrativo nível I

h) Auxiliar Administrativo nível II

i) Auxiliar Administrativo nível III

Art. 4º- O disposto neste Estatuto não se aplica aos servidores do Município que não atuem no Setor de Magistério e as normas do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais não terão aplicabilidade aos servidores sujeitos a este Estatuto.

Parágrafo Único- Ficam excluídos do regime desta lei os servidores lotados em escolas municipais que exerçam funções de vigilância, limpeza e manutenção, preparação de alimentos para o corpo discente e docente e congêneres.

## CAPÍTULO II

### Do Proviamento e da Vacância

Art. 5º- Os cargos públicos do Magistério serão providos por:





ESTADO DO CEARÁ

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

---

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

"Atraso Nunca Mais"

I- nomeação;

II- promoção;

III- acesso;

IV- reintegração;

V- aproveitamento;

VI- reversão;

VII- transferência.

## SEÇÃO I

### Da Nomeação

Art. 6º- A nomeação se dará:

I- em caráter efetivo para cargo de provimento efetivo;

II- em comissão, mediante livre escolha e nomeação do Prefeito Municipal dentre pessoas que satisfaçam os requisitos legais para investidura no serviço público, quando se tratar de cargo que assim deve ser provido.

Art. 7º- A primeira investidura em cargo de provimento efetivo será feita mediante concurso público de provas e títulos, podendo ser utilizadas também provas práticas ou prático-orais.

Art. 8º- A aprovação em concurso não gera direito a nomeação, mas esta quando se der, respeitará a ordem de classificação dos candidatos habilitados, salvo prévia desistência, por escrito, do candidato precedente.



ESTADO DO CEARÁ

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

"Atraso Nunca Mais"

## SEÇÃO II

### Da Posse

Art. 9º- Posse é a investidura em cargo público, sendo dispensado nos casos de promoção, acesso, reintegração e transferência.

Art. 10º- No ato da posse o candidato deverá declarar por escrito, se é titular de outro cargo ou de função pública.

Parágrafo Único- Ocorrendo hipótese de acumulação proibida a posse será suspensa até que, respeitados os prazos fixados no art. 12 se comprove a existência daquela.

Art. 11- Poderá haver posse mediante procuração por instrumento público, em casos especiais, a critério da autoridade competente.

Art. 12- A posse deverá verificar-se no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de provimento.

§ 1º- A requerimento do interessado, este prazo poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, havendo motivo justificado.

§ 2º- Se a posse não se der dentro do prazo previsto, o ato de nomeação ficará automaticamente sem efeito.

## SEÇÃO III

### Do Estágio Probatório

Art. 13- Estágio probatório é o período inicial de 2 (dois) anos de exercício do funcionário nomeado para cargo efetivo, no qual são apuradas suas qualidades e aptidões para o exercício do cargo e





ESTADO DO CEARA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

---

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

"Atraso Nunca Mais"

julgada a conveniência de sua permanência.

Parágrafo Único- Os requisitos a serem apurados no período do probatório são as seguintes:

- I- Idoneidade moral;
- II- Disciplina;
- III- Pontualidade;
- IV- Assiduidade;
- V- Produtividade.

Art. 14- O chefe imediato do funcionário em estágio probatório informará a seu respeito, reservadamente, 60 (sessenta) dias antes do término do período, ao órgão de pessoal da Prefeitura, com relação ao preenchimento dos requisitos mencionados no artigo anterior.

§ 1º- De posse da informação, o órgão de pessoal emitirá parecer, concluindo a favor ou contra a confirmação do funcionário em estágio.

§ 2º- A apuração dos requisitos mencionados no parágrafo único do art. 13º deverá processar-se de modo que a exoneração, se houver, possa ser feita antes de findo o período de estágio probatório.

Art. 15- Ficará dispensado de novo estágio probatório o funcionário estável que for nomeado para outro cargo público municipal, bem como o servidor contratado que já contar mais de 2 (dois) anos de serviço e for nomeado para cargo efetivo.



ESTADO DO CEARA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

---

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

"Atraso Nunca Mais"

## SEÇÃO IV

### Da Substituição

Art. 16- A substituição será automática ou dependerá de ato da Administração.

§ 2º - A substituição será gratuita, salvo se exceder a 30 (trinta) dias, quando será remunerada por todo o período.

§ 2º- No caso de substituição remunerada, o substituto perceberá o vencimento do cargo em que se der a substituição, salvo se optar pelo do seu cargo.

§ 3º - Em caso excepcional, atendida a conveniência da Administração, o titular do cargo de direção ou chefia poderá ser nomeado ou designado, cumulativamente, como substituto para outro cargo da mesma natureza, até que se verifique a nomeação ou designação do titular, nesse caso, perceberá o vencimento correspondente aos cargos cumulados.

## SEÇÃO V

### Da Promoção

Art. 17- Promoção é a elevação do funcionário efetivo à classe imediatamente superior dentro da mesma série de classes, pelo critério de merecimento ou antiguidade.

§ 1º- A promoção dar-se-á alternadamente por merecimento e por antiguidade.

§ 2º- É de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, de efetivo exercício na classe, o interstício mínimo para concorrer à promoção.





ESTADO DO CEARÁ

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

---

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

"Através Nunca Mais"

Art. 18- O funcionário promovido reiniciará a exigência de contagem de tempo na classe superior, para efeito de nova promoção.

Art. 19- A decretação da promoção dependerá da exigência de cargo novo, que desta forma deva ser promovido, e obedecerá rigorosamente à ordem de classificação.

§1º- Vagando cargo passível de provimento por promoção o Chefe do Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias, efetuará a promoção caso exista funcionário habilitado.

§2º- Quando não for efetuada no prazo referido no parágrafo anterior, a promoção produzirá seus efeitos a partir do 1º (primeiro) dia útil após o término do prazo em apreço.

§3º- Para todos os efeitos, será considerado promovido o funcionário que vier falecer sem que tenha sido decretada, no prazo legal, promoção que lhe cabia.

Art. 20 - O funcionário que tiver sido suspenso não concorrerá à promoção dentro de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados do término do cumprimento da penalidade.

Parágrafo Único- O funcionário classificado para a promoção que vier a sofrer pena de suspensão, não será promovido, só podendo concorrer à nova promoção depois de decorrido o prazo previsto neste artigo.

## SEÇÃO VI

### Do Acesso

Art. 21- Acesso é a passagem pelo critério de merecimento de ocupante de cargo efetivo da última classe de uma série de classes.



ESTADO DO CEARÁ

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

---

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

"Atraso Nunca Mais"

Art. 22- O acesso só se dará se o funcionário comprovar capacidade para o exercício das distribuições de classe a que concorra.

Parágrafo Único- Aplicam-se aos provimento por acesso, as regras e condições constantes dos artigos 18, 19, e 20 da Seção V.

## SEÇÃO VII

### Da Reintegração

Art. 23- Reintegração é reingresso no serviço público de funcionário demitido ou exonerado ilegalmente com ressarcimento dos prejuízos decorrentes do afastamento.

§ 1º- A reintegração decorrerá sempre de decisão administrativa ou judicial.

§ 2º- A reintegração será feita no cargo ocupado pelo servidor quando da sua remoção: Se houver sido transformado, no cargo resultante da transformação; se extinto, em cargo de vencimento equivalente, respeitada a habilitação profissional.

§ 3º- Reintegrado o funcionário, quem lhe houver ocupado o lugar será exonerado ou se ocupava outro cargo, a este será reconduzido, sem direito a indenização.

## SEÇÃO VIII

### Do Aproveitamento

Art. 24- Aproveitamento é o reingresso no serviço público de funcionário em disponibilidade, em cargo igual ou equivalente quando à natureza e remuneração, ao anteriormente ocupado por este.

Parágrafo Único- O aproveitamento do funcionário será obrigatório:





ESTADO DO CEARÁ

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

---

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

"Atraso Nunca Mais"

I- quando for recriado o cargo de cuja extinção decorreu a disponibilidade;

II- Quando houver necessidade de prover o cargo anteriormente declarado desnecessário.

Art. 25- Havendo mais de uma concorrente à mesma vaga, terá preferência o de mais tempo de disponibilidade e no caso de empate o de mais tempo de serviço público municipal.

Art. 26- Será tornado sem efeito o aproveitamento se cessa a disponibilidade, se o funcionário não tomar posse no prazo legal, salvo motivo justificado e provado.

## SEÇÃO IX

### Da Reversão

Art. 27- Reversão é o reingresso no serviço público de funcionário aposentado, quando insubsistentes os motivos de aposentadoria.

§ 1º- Para que a reversão se efetive, é necessário que o aposentado:

I- não haja completado 70 (setenta) anos de idade;

II- não conte mais de 30 (trinta) anos no efetivo exercício da função de magistério;

III- não conte mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço público, incluindo o tempo de inatividade, se de sexo masculino, ou 30 (trinta) anos, se de sexo feminino.



ESTADO DO CEARA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

"Atrase Nunca Mais"

Art. 28- A reversão Ex-Ofício não poderá dar-se em cargo de vencimento igual ao provento da inatividade.

## SEÇÃO X

### Da Transferência

Art. 29- A Transferência far-se-á:

I- a pedido do funcionário, atendida a conveniência do serviço;

II- Ex-Ofício, no interesse da administração.

Art. 30- A transferência far-se-á para o cargo de igual vencimento ou remuneração.

Art. 31- Não caberá transferência:

I- de uma para outra carreira de denominação diversa salvo concurso público;

II- de um cargo de carreira para outro isolado, de provimento efetivo salvo a pedido do funcionário.

## SEÇÃO XI

### Da Vacância

Art. 32- A Vacância do cargo decorrerá de:

I- exoneração;

II- demissão;

III- promoção;

IV- acesso;

V- transferência;

VI- aposentadoria;





ESTADO DO CEARA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

"Atrase Nunca Mais"

VII- posse em outro cargo de acumulação proibida;

VIII- falecimento.

Art. 33- A exoneração Ex-Offício ocorrerá quando se tratar de provimento em comissão ou em substituição, quando não satisfetas as condições do estágio probatório e quando o funcionário não assumir o exercício do cargo no prazo legal.

Art. 34- A vaga ocorrerá na data:

I- falecimento;

II- imediatamente àquela em que o funcionário completar 70 (setenta) anos de idade;

III- da publicação:

a) da lei que criar o cargo, da que determinar seu provimento, se o cargo já estiver criado;

b) do ato que aposentar, exonerar, demitir ou conceder promoção, acesso de transferência;

IV- de posse em outro cargo de acumulação proibida.

## CAPÍTULO III

### Dos Direitos

#### SEÇÃO I

##### Do Tempo de Serviço

Art. 35- Far-se-á em dias a apuração do tempo de serviço.

Parágrafo Único- O número de dias será convertido em anos, considerado-se o ano como de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias e em meses, considerando-se o mês de 30 (trinta) dias.



ESTADO DO CEARÁ

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

---

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

"Atrazo Nunca Mais"

Art. 36- Será considerado como tempo de efeito exercício da função, o afastamento em virtude de:

I- Férias;

II- Casamento, até 7 (sete) dias consecutivos contados da realização do ato;

III- Luto pelo falecimento de pai, mãe, cônjuge, filho ou irmão até 7 (sete) dias, consecutivos, a contar do falecimento;

IV- Licença por acidente de trabalho ou doença profissional;

V- Licença à funcionária gestante;

VI- Convocação para o serviço militar, júri e outros serviços obrigatórios por lei;

VII- Participação em missão ou estudo do interesse do Município, quando o afastamento tiver sido autorizado pelo prefeito Municipal;

VIII- Expressa determinação legal, em outros casos.

Parágrafo Único- O tempo em que o funcionário esteve em disponibilidade será computado integralmente para efeito de aposentadoria.

Art. 37- É vedada a soma de tempo de serviço simultaneamente prestado.

## SEÇÃO II

### Da Estabilidade

Art. 38- A estabilidade é adquirida após 2 (dois) anos de efeito exercício na função do magistério, quando nomeamos em decorrência de aprovação em concurso público.





ESTADO DO CEARÁ

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

---

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

"Atraso Nunca Mais"

Art. 39- O funcionário será demitido, quando estável, em virtude de sentença judicial ou mediante processo administrativo em que se lhe tenha assegurado ampla defesa.

Art. 40- O funcionário em estágio probatório somente poderá ser:

I-exonerado, após observância do disposto no art. 14 deste Estatuto;

II- demitido, mediante processo administrativo, se este se impuser antes de concluído o estágio.

## SEÇÃO III

### Das Férias

Art. 41- Os servidores do magistério terão direito a férias anuais, a serem gozadas em período de recesso escolar, escalonadas de modo a não prejudicar o serviço.

Parágrafo Único- Respeitado o período de férias a que tem direito, o servidor poderá a critério do Órgão Municipal de Educação, ser convocado para o exercício de atividade durante o recesso escolar, dentro de seu respectivo horário de trabalho.

Art. 42- A escala de férias poderá ser alterada por autoridade superior ouvindo o chefe imediato do funcionário e no estrito interesse da administração.

§ 1º- As férias serão reduzidas de 20 (vinte) dias quando o funcionário contar, no período aquisitivo, com mais de 9(nove) faltas não justificadas, ao trabalho.



ESTADO DO CEARA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

"Atraso Nunca Mais"

§ 2º- Somente depois de 12 (doze) meses de exercício o funcionário terá direito a férias.

§ 3º- Durante as férias, o funcionário terá direito, além do vencimento acrescido de 1/3 a cada 12 (doze) meses de exercício efetivo da função, a todas as vantagens que percebia no momento em que passou a gozá-las.

Art. 43- É proibida a acumulação de férias, salvo por imperiosa necessidade do serviço e pelo máximo de (dois) períodos, atestada a necessidade pelo Chefe imediato do funcionário.

Art. 44- Perderá o direito às férias o funcionário que no período aquisitivo, houver gozado das licenças que se referem os artigos 57 e 59.

## SEÇÃO IV

### Das Licenças

Art. 45- Conceder-se-á licença:

I- para tratamento de saúde;

II- para repouso à gestante;

III- para serviço militar;

IV- para acompanhamento do cônjuge;

V- para trato de interesses particulares.

Art. 46- Terminada a licença, o funcionário reassumirá imediatamente o exercício, exceto se houver prorrogação.





ESTADO DO CEARÁ

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

---

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

"Atraso Nunca Mais"

Parágrafo Único- O pedido de prorrogação deverá apresentar antes de findo o prazo de licença; se indeferido, contar-se-á como licença o período compreendido entre a data do término e a do conhecimento oficial do despacho.

Art. 47- O funcionário não poderá permanecer em gozo de licença por prazo superior a 12( doze) meses, salvo no caso dos itens III e IV ao art. 45.

Art. 48- A licença depende de inspeção médica será concedida pelo prazo indicado no laudo. Findo o prazo, haverá nova inspeção, devendo o laudo médico concluir pela volta ao serviço, pela prorrogação da licença ou pela aposentadoria.

Art. 49- A licença para tratamento de saúde será concedida mediante inspeção médica a ser realizada por órgão médico oficial.

Art. 50- No curso de licença, o funcionário abster-se-á de exercer qualquer atividade remunerada ou gratuita, sob pena de cessação imediata da licença, com perda total do vencimento correspondente ao período já gozado e suspensão disciplinar.

Art. 51- No curso de licença o funcionário poderá ser examinado a pedido ou Ex-Officio, ficando obrigado a reassumir imediatamente seu cargo se for considerado apto para o trabalho, sob pena de se apurarem como faltas de ausência.

Art. 52- Durante o período de licença para tratamento de saúde, o funcionário terá direito a todas as vantagens que perceberia normalmente se estivesse no exercício da sua função.



ESTADO DO CEARÁ

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

"Atrase Nunca Mais"

Art. 53- A licença para tratamento de moléstia ~~grave~~, contagiosa ou incurável, especificada em lei, será concedida quando a inspeção médica não concluir pela aposentadoria imediata do funcionário.

Art. 54- A funcionária gestante serão concedidos 120 (cento e vinte) dias de licença maternidade, nos termos da Constituição Federal.

Art. 55- Se a criança nascer prematuramente antes de concluída a perícia médica, o início desta se contará a partir da data do parto.

Parágrafo Único- Em caso de aborto justificado, comprovado por inspeção médica, será concedida licença à funcionária por 30 (trinta) dias.

Art. 56- Ao funcionário convocado para o Serviço Militar e outros encargos de segurança nacional será concedida licença à vista de documento oficial e pelo prazo necessário à prestação do serviço.

§ 1º- Do vencimento do funcionário será descontada a importância percebida na qualidade de incorporado, se este não tiver optado pela remuneração do serviço militar, quando a prestação deste for remunerada.

§ 2º- Ao funcionário desincorporado será concedido prazo não excedente a 7 (sete) dias para reassumir o exercício sem perda do vencimento.





ESTADO DO CEARÁ

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

---

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

"Atraso Nunca Mais"

Art. 57- A funcionária ou funcionário efetivo cujo cônjuge for funcionário federal, ou estadual, civil ou militar, e tiver sido mandado servir, Ex-Ofício, em outro ponto do território nacional ou no estrangeiro terá direito a licença não remunerada pelo prazo necessário.

§ 1º- A licença será concedida mediante requerimento, devidamente instruído com a prova da designação ou transferência do cônjuge do servidor municipal.

§ 2º- Aplica-se o disposto neste Artigo quando qualquer dos cônjuges vier a exercer mandato efetivo fora do Município.

Art. 58- Ao funcionário que exercer cargo em comissão não se concederá a licença de que trata o artigo anterior.

Art. 59- O funcionário estável poderá obter licença sem vencimento, para o trato de interesses particulares, pelo prazo de 2 (dois) anos.

§ 1º- O servidor aguardará em exercício, a concessão de licença, sob pena de demissão por abandono de cargo.

§ 2º- Será negada a licença, quando inconveniente ao interesse da administração.

Art. 60- Somente poderá ser concedida nova licença para o tratamento de interesses particulares depois de decorridos 2 (dois) anos do término da anterior.

Art. 61- Quando o interesse do serviço o exigir, a licença poderá ser cassada a juízo do Prefeito Municipal ou do Chefe imediato do servidor.



ESTADO DO CEARÁ

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

---

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

"Atraso Nunca Mais"

Parágrafo Único- Cassada a licença, o funcionário terá até 60 ( sessenta) dias para reassumir o exercício, após divulgação pública do ato.

Art. 62- Ao funcionário em exercício de cargo em comissão não se concederá nessa qualidade, licença para o trato de interesses particulares.

## CAPÍTULO IV

Da carga horária de regentes de classe

Art. 63- A carga horária total de servidor do Magistério, não poderá ultrapassar o limite de 40 (quarenta) aulas semanais, equivalentes a 200 (duzentas) aulas mensais, mesmo em regime de acumulação.

Art. 64- O servidor terá descontada a importância correspondente às aulas não ministradas tomando-se por base o valor da hora-aula.

Parágrafo Único- O valor da hora-aula será obtido pela divisão do vencimento do servidor pela carga horária exercida.

## CAPÍTULO V

Dos Vencimentos e das Vantagens

### SEÇÃO I

Dos Vencimentos





ESTADO DO CEARÁ

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

"Atrase Nunca Mais"

**Art. 65-** Além dos vencimentos, o funcionário, dependendo de haver preenchido as condições para sua percepção, para jus às seguintes vantagens:

- I- ajuda de custo;
- II- diárias;
- III- auxílio por regência de classe;
- IV- abono familiar;
- V- gratificações;
- VI- adicional por tempo de serviço.

**Art. 66-** Vencimento é a retribuição devida e paga ao funcionário pelo efetivo exercício do cargo e correspondente ao valor fixado em lei.

§ 1º- O Quadro Geral, contendo nível, número de vagas, escala de referência e percentual de complementação oriados por esta Lei, encontram-se discriminados no Anexo I que a integra.

§ 2º- A escala de referência no Anexo I obedecerá a tabela de vencimentos ou salários discriminados no Anexo II, parte integrante desta Lei.

§ 3º- O Percentual de complementação sobre a base de vencimento ou salário será devida ao servidor que estiver no exercício pleno de suas funções.

**Art. 67-** O funcionário perderá o vencimento do cargo efetivo

I- quando no exercício de mandato efetivo federal, estadual ou municipal sendo impossível cumular-se as funções, e optar pela remuneração de agente político;



ESTADO DO CEARÁ

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

"Atrase Nunca Mais"

II- quando designado para servir em qualquer órgão da União, dos Estados, dos outros Municípios e em suas autarquias, entidades de economia mista, empresas públicas ou fundações ressalvadas as exceções previstas em lei.

Art. 68- O funcionário que vier a ser nomeado para o exercício de cargo em comissão poderá optar pelo vencimento de seu cargo efetivo.

Art. 69- O funcionário perderá:

I - o vencimento do dia, se não comparecer ao serviço, salvo motivo previsto em lei.

II- 1/3 (um terço) do vencimento do dia, quando comparecer ao serviço dentro da hora seguinte à marcada para o início dos trabalhos ou quando se retirar dentro da última hora de expediente;

III- 1/3 (um terço) do vencimento, durante o afastamento por motivo de suspensão, prisão preventiva, prisão administrativa, prisão em flagrante, prisão em virtude de promissão, denúncia por crime funcional ou ainda, condenação por crime inafiançável;

IV- 2/3 (dois terços) do vencimento durante o período de afastamento em virtude de condenação por sentença definitiva a pena que não determine sua demissão.

Art. 70- Nos casos de faltas sucessivas, os dias sem expediente, intercalados entre estas, serão computados para o desconto.

Art. 71- O servidor terá remuneração fixada na base do Salário Mínimo com gratificação por tempo de serviço e adicional por nível de escolaridade.





ESTADO DO CEARÁ

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

"Atrase Nunca Mais"

§ 1º- Para efeito de gratificação por tempo de serviço a cada quinquênio o servidor fará jus a 5% (cinco por cento) sobre o salário base cumulativamente.

§ 2º- Para efeito de cálculo do adicional por nível de escolaridade observar-se-á a seguinte tabela:

I- Licenciatura curta 5%

II- Licenciatura Plena 10%

III- Curso de especialização 15%

IV- Pós-graduação 20%

V- Mestrado e Doutorado 25%

## SEÇÃO II

### Da Ajuda de Custo

Art. 72- Será concedida ajuda de custo ao funcionário que for designado para serviço, curso ou outra atividade fora do Município por período superior a 30 (trinta) dias.

§ 1º- A ajuda de custo destina-se à compensação das despesas de viagens e será fixada pelo Prefeito Municipal, que não poderá ser em valor superior ao dobro dos vencimentos do servidor.

§ 2º- A ajuda de custo será calculada sobre o vencimento do cargo ocupado pelo funcionário.

§ 3º- Não se concederá ajuda de custo ao funcionário posto à disposição de qualquer órgão ou entidade.

§ 4º- O funcionário restituirá a ajuda de custo quando antes de terminada a incumbência, regressar, pedir exoneração ou abandonar o serviço.



ESTADO DO CEARÁ

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

"Atraso Nunca Mais"

§ 5º- A restituição é de exclusiva responsabilidade pessoal e será proporcional aos dias de serviço não prestados.

## SEÇÃO III

### Das Diárias

Art. 73- Serão concedidas diárias ao funcionário que for designado para serviço, curso ou outra atividade fora do Município por período inferior a 30 (trinta) dias, a título de indenização das despesas de viagem.

Parágrafo Único- A concessão de diárias e seu valor serão regulamentados por lei municipal.

Art. 74- A concessão de ajuda de custo impede a concessão de diárias e vice-versa.

## SEÇÃO IV

### Do Abono Familiar

Art. 75- Será concedido abono familiar ao funcionário ativo ou inativo:

I- Por filho menor de 14 (quatorze) anos que não exerça atividade remunerada e nem tenha renda própria;

II- Por filho inválido ou mentalmente incapaz, maior de 14 (quatorze), anos sem renda própria e que não perceba qualquer benefício previdenciário.

§ 1º- Compreende-se, neste artigo, o filho de qualquer condição, ou enteado, o adotivo e o menor que, mediante autorização jurídica, estiver sob a guarda e o sustento do funcionário.





ESTADO DO CEARA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

"Atrase Nunca Mais"

§ 2º- Para efeito deste artigo, considera-se renda própria ou atividade remunerada o recebimento de importância igual ou superior ao valor de referência vigente.

§ 3º- Quando o pai e a mãe forem funcionários Municipais ativos e inativos, o abono familiar será concedido a ambos.

§ 4º- Ao Pai e a Mãe equiparam-se o padrasto e madrasta e, na falta destes, os representantes legais dos incapazes.

Art. 76- Ocorrendo falecimento do funcionário, o abono familiar continuará a ser pago a seus beneficiários e dependentes, por intermédio da pessoa em cuja guarda se encontrarem, enquanto fizerem jus ao benefício.

§ 1º- Com o falecimento do funcionário e à falta do responsável pelo recebimento do abono familiar será assegurado nos beneficiários o direito a sua percepção, enquanto assim fizerem jus.

§ 2º- Passará a ser efetuado ao cônjuge supérstite o pagamento do abono familiar correspondente ao beneficiário que vivia sob a guarda e sustento do funcionário falecido, desde que aquele venha a obter autorização judicial para mantê-lo e representá-lo.

§ 3º- Caso o funcionário não haja requerido o abono familiar relativo a seus dependentes, o requerimento poderá ser feito após sua morte pela pessoa em cuja guarda e sustento se encontre o mesmo, operando seus efeitos a partir da data do pedido.

Art. 77- O abono familiar de que fala esta é o salário familiar de que fala a lei previdenciária federal, a cujos ditames, para os fins desta seção, subordina-se esta lei.



ESTADO DO CEARÁ

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

"Atraso Nunca Mais"

Parágrafo Único- O responsável pelo recebimento do abono familiar deverá apresentar, nos meses de Janeiro e Julho de cada ano, declaração de vida e residência dos dependentes, sob pena de ter suspenso o pagamento da vantagem.

Art. 78- Nenhum desconto incidirá sobre abono familiar e nem este servirá de base a qualquer contribuição e nem também integrará o mesmo a remuneração do servidor para qualquer fim.

Art. 79- Todo aquele que, por ação, ou omissão, der causa a pagamento indevido abono familiar ficará obrigado à sua restituição sem prejuízos das demais cominações legais.

## SEÇÃO V

### Das Gratificações

Art. 80- Conceder-se-á gratificações:

I- de função;

II- pela prestação de serviço extraordinário;

III- de natal.

Art. 81- Somente servidores municipais serão designados para o exercício de funções gratificadas.

§ 1º- A designação para o exercício de função gratificada será feita pelo Prefeito Municipal.

§ 2º- É vedada a concessão de gratificação de função ao servidor, pelo exercício de chefia ou assessoramento quando esta atividade for inerente ao exercício do cargo.

Art. 82- Não perderá a gratificação de função o funcionário que se ausentar em virtude de férias, luto, casamento, doença comprovada ou serviço obrigatório por lei.





ESTADO DO CEARÁ

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

"Atraso Nunca Mais"

Art. 83- A gratificação pela prestação de serviço extraordinário será devida por hora de trabalho prestado em horário prerrogado além da jornada normal e corresponderá ao valor da hora da jornada normal de trabalho acrescido de 50%.

§ 1º- O serviço extraordinário prestado após às (vinte) horas, será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).

§ 2º- A gratificação de que se trata esse artigo não poderá exceder de 50% (cinquenta por cento) do vencimento mensal.

Art. 84- O ocupante de cargo de direção ou chefia, em comissão ou não, e o funcionário que não estiver no exercício de cargo não terá direito ao recebimento de gratificação por serviço extraordinário.

Art. 85- A gratificação de natal para anualmente, ao funcionário municipal, ativo ou inativo, independentemente da remuneração a que fizer jus.

§ 1º- A gratificação de natal corresponderá a 1/12 (um doze avos), por mês de efetivo exercício, tomando-se como base o valor do vencimento do mês dezembro do ano correspondente.

§ 2º- A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de exercício será tomada como mês integral, para efeito do parágrafo anterior.

§ 3º- A gratificação de natal será calculada somente sobre o vencimento do funcionário, nela não incluída quaisquer vantagens, exceto no caso de cargo em comissão, quando a gratificação de natal será paga tomando-se por base os vencimentos destes cargos.



ESTADO DO CEARÁ

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

"Atraso Nunca Mais"

§ 4º- A gratificação de natal será estendida aos inativos e pensionistas, com base na remuneração que receberam na data do pagamento daquela.

## SEÇÃO VI

### Do Adicional por tempo de serviço

Art. 86- Por quinquênio de efetivo exercício no serviço público municipal, será concedido ao funcionário um adicional correspondente a ascender um degrau na escala de referência discriminada no anexo I desta lei.

§ 1º- O adicional é devido a partir do dia imediato àquele em que o funcionário completar o tempo de serviço exigido.

§ 2º- O funcionário que exercer cumulativamente mais de um cargo, terá direito ao adicional calculado sobre o vencimento de maior monta.

§ 3º- Será computado, para efeito desse artigo o tempo de serviço prestado ao Município sob regime da legislação trabalhista se o servidor passar a exercer cargo público de Município.

## CAPÍTULO VI

### Das Concessões

Art. 87- A concessão de qualquer benefício de natureza previdenciária far-se-á conforme a lei previdenciária federal, sendo esta a que será filiado e subordinado o servidor municipal com exercício de função no Magistério.





ESTADO DO CEARÁ

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

---

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

"Atraso Nunca Mais"

Art. 88- O regime previdenciário a que será submetido o servidor municipal com exercício de função ou cargo no Magistério será o Regime Geral da Previdência Social, instituído pelas Leis Federais nº 8.212 e 8.213.

## CAPÍTULO VII

### Do Direito de Petição

Art. 89- É assegurado ao funcionário o direito de requerer e de representar, devendo a petição ser dirigida a autoridade competente para decidi-la, a qual terá 20 (vinte) dias para fazê-lo.

Art. 90- Da decisão a que se refere o artigo anterior, contrária aos interesses do funcionário, caberá recurso no prazo de 30 (trinta) dias, ao Prefeito Municipal, salvo se este a proferir.

Art. 91- O recurso não terá efeito suspensivo, mas se for provido, retroagirá nos seus efeitos a data do ato impugnado.

Art. 92- O direito de pleitear na esfera administrativa prescreverá:

I- Em cinco anos, quanto aos atos de que decorrem demissão e cassação de ato de aposentadoria ou disponibilidade;

II- Em (sessenta) dias, nos demais casos.

Art. 93- O prazo de prescrição contar-se-á da data de publicação do ato impugnado; quando este for de natureza reservada da data em que o interessado dele tiver ciência.

Art. 94- O recurso interrompe a prescrição uma única vez recomeçando esta a correr pela metade do prazo da data do ato que a interrompe.



ESTADO DO CEARA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

---

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

"Atraso Nunca Mais"

## CAPÍTULO VIII

### Da Aposentadoria

Art. 95- O funcionário submetido ao regime desta lei será aposentado compulsoriamente, a pedido ou invalidez, nas hipóteses previstas na Constituição da República.

§ 1º- A aposentadoria por invalidez será sempre precedida de licença por pedido não inferior a 24 (vinte e quatro) meses salvo quando o laudo médico concluir, anteriormente aquele prazo, pela incapacidade definitiva para o serviço público.

§ 2º- Será aposentado o funcionário que, depois de 24 (vinte e quatro) meses de licença para o tratamento de saúde for considerado inválido para o serviço público.

Art. 96- Considera-se acidente, para efeito desta lei, o evento danoso que tiver como causa mediata ou imediata o exercício das atribuições inerentes ao cargo ocupado pelo funcionário.

§ 1º- A prova de acidente e da consequência incapacidade ou invalidez do funcionário será feita em processo forma estabelecidos na lei previdenciária.

§ 2º- As omissões desta lei serão suplementadas pela lei federal.

Art. 97- Entende-se por doença profissional a que decorrer das condições do serviço ou de fatos nele ocorridos, devendo o laudo médico estabelecer-lhe a rigorosa caracterização.





ESTADO DO CEARÁ

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

"Atos e Leis Municipais"

Art. 98- Ao funcionário ocupante de cargo em comissão aplicar-se-á o disposto nos artigos 96 e 97, quando vítima de acidente ou doença profissional.

Art. 99- Os proventos dos aposentados e dos funcionários em desobediência serão revistos quando e nas bases determinadas por Lei para o reajuste de vencimentos dos funcionários em atividade.

Parágrafo Único- Ressalvado o disposto neste artigo, em caso nenhum os proventos da inatividade poderão exceder à remuneração percebida na atividade.

Art. 100- É automática a aposentadoria compulsória, calculando-se os proventos de aposentado com base no vencimento e nas vantagens a que tiver jus no dia em que aposentar-se, observando-se as prescrições legais.

## CAPÍTULO IX

### Do Regime Disciplinar

#### SEÇÃO I

##### Da Aposentação

Art. 101- A acumulação remunerada somente será permitida nos casos previstos pela Constituição da República.

Art. 102- Verificada em processo administrativo acumulatória proibida, e provada a boa fé o interessado optará este por um dos cargos, sendo o fixer dentro de 15 (quinze) dias, será exonerado de qualquer cargo, a critério do Prefeito Municipal.

§ 1º- Provada a existência de má fé o funcionário, será demitido de todos os cargos e restituído o que tiver recebido indevidamente.



ESTADO DO CEARA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

---

ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA  
"Atrase Nunca Mais"

§ 2º- Se a acumulação proibida envolver cargos, função ou emprego em outra entidade pública, será o funcionário demitido do cargo municipal.

## SEÇÃO II

### Do Exercício do Mandato Eletivo

Art. 103- O exercício do mandato eletivo por funcionário municipal submetido ao regime desta lei obedecerá às determinações estabelecidas pela Constituição da República e Lei Orgânica Municipal.

## SEÇÃO III

### Dos Deveres e das Proibições

Art. 104- É dever do funcionário observar as normas em vigor no âmbito do Município, assim como manter comportamento condizente, de acordo com os costumes éticos e morais da sociedade.

Art. 105- Os servidores no magistério estarão obrigados a:

I- Promover o bom funcionamento do sistema de Educação e o máximo aproveitamento do aluno;

II- Proporcionar aos alunos educação integral, dirigindo a aprendizagem de forma a estimular sua criatividade;

III- Obedecer às diretrizes e prioridades estabelecidas no plano municipal de Educação;

IV- Participar de todas as atividades educacionais de seu município;





ESTADO DO CEARÁ

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

"Atraso Nunca Mais"

V- Acompanhar a execução e avaliar os resultados dos trabalhos sob sua responsabilidade;

VI- Fornecer informações aos órgãos competentes;

VII- Acompanhar o desenvolvimento tecnológico e procurar seu aperfeiçoamento profissional, garantindo melhor qualidade de desempenho em seu trabalho;

VIII- Cumprir o disposto neste estatuto e no Código de Ética do Servidor Público Municipal.

Art. 106- Aos servidores do magistério é vedado:

I- Descumprir ou alterar o horário de trabalho ou suspender aulas sem competente autorização;

II- Ceder o prédio escolar para fins que não os educacionais, utilizá-lo para fins particulares, ou receber remuneração por trabalhos extras realizados no Departamento de Ensino;

III- Fazer crítica depreciativa a colegas de trabalho, a membros do magistério ou a autoridades;

IV- Deixar de ministrar sem causa justificada, os programas de ensino aprovados;

V- Ocupar-se em aula de assunto estranho a finalidade educativa ou permitir que outro o faça.

Art. 107- Pelo exercício irregular do seu cargo o funcionário responde administrativa, civil e criminalmente.

Parágrafo Único- A responsabilidade administrativa resulta de atos ou omissões que contravenham o regular cumprimento dos deveres, atribuições e responsabilidades que as leis e os regulamentos cometam ao funcionário.



ESTADO DO CEARÁ

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

"Atrase Nunca Mais"

## SEÇÃO IV

### Das Penalidades

Art. 108- Considera-se infração disciplinar o ato praticado pelo funcionário com violação dos deveres e das proibições decorrentes do cargo que exerce.

Art. 109- São penas disciplinares na ordem crescente de gravidade:

I- advertência verbal;

II- repreensão;

III- multa;

IV- suspensão;

V- demissão;

VI- cassação de aposentadoria ou disponibilidade;

VII- destituição de cargo em comissão ou de função comissionada.

Parágrafo Único- Na aplicação das penas disciplinares serão consideradas a natureza e a gravidade da infração, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do funcionário.

Art. 110- A pena de repreensão será aplicada por escrito nos casos de desobediência ou falta de cumprimento dos deveres.

Art. 111- A pena de suspensão que não excederá de 60 (sessenta) dias, será aplicada nos casos de falta grave, de reincidência nas faltas punidas com repreensão e na violação de faltas que não sejam punidas com pena de demissão.

§ 1º- O funcionário, enquanto suspenso, perderá todos os direitos e vantagens decorrentes do exercício do cargo, exceto o abono





ESTADO DO CEARA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA  
"Atraso Nunca Mais"

familiar

§ 2º- Quando houver conveniência para o serviço a pena de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia, de vencimento, obrigado, neste caso o funcionário a permanecer em serviço.

§ 3º- Os registros das penalidades de advertência e suspensão serão canceladas no período de 03 (três) e 05 (cinco) anos, se neste tempo o servidor não cometer novas infrações.

Art. 112- A pena de demissão será aplicada nos casos de:

I- crime contra a Administração Pública, nos termos da lei penal;

II- abandono de cargo;

III- incontinência pública escandalosa, vício de jogos e embriaguez habitual;

IV- insubordinação grave em serviço;

V- ofensa física em serviço contra funcionário ou particular, salva se em legítima defesa;

VI- aplicação irregular dos dinheiros públicos;

VII- lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio público;

VIII- revelação de segredo de que tenha conhecido em razão de suas funções;

IX- acumulação proibida;

X- corrupção e improbidade administrativa;

XI- incidência em qualquer das proibições de que tratam os itens I a V do art. 106.



ESTADO DO CEARÁ

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

---

ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA  
"Atrase Nunca Mais"

**Parágrafo Único-** Considera-se abandono de cargo a ausência de funcionário, sem causa justificativa, por mais de 30(trinta) dias, consecutivos, no período de 12 (doze) meses.

**Art. 13-** O ato que demitir o funcionário municipal mencionará sempre a causa e disposição legal em que se fundamente.

**Parágrafo Único-** Considera a gravidade da falta, a demissão poderá ser aplicada com a nota a bem do serviço público que constará nos atos de demissão fundados nos itens I, VI, e VII do art. 112.

**Art. 114-** Será cassada a aposentadoria ou disponibilidade se ficar provada, em processo, que o funcionário nessa situação:

I- praticou, quando em atividade, qualquer das faltas passíveis de demissão;

II- foi condenado por crime cuja pena importaria em demissão se estivesse em atividade;

III- aceitou ilegalmente cargo ou função pública;

IV- aceitou sem prévia autorização do Presidente da República, representação de Estado estrangeiro;

V- praticou usura ou advocacia administrativa;

VI- deixou de assumir, no prazo legal, o exercício do cargo para qual foi determinado o seu aproveitamento.

**Art. 115-** A destituição de cargo em comissão ou de função comissionada exercido por servidor ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração punidas com suspensão e demissão.





ESTADO DO CEARÁ

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

"Atraso Nunca Mais"

Art. 116- Para a imposição de penas disciplinares não competentes:

I- O Prefeito, nos casos de demissão, cassação de aposentadoria e de disponibilidade, bem como suspensão superior a 15 (quinze) dias;

II- O Chefe imediato do funcionário, nos casos de suspensão até 15 (quinze) dias advertência verbal e repreensão.

Parágrafo Único- A pena de multa será aplicada pela autoridade que impuser a suspensão.

Art. 117- As penas poderão ser atenuadas pelas seguintes circunstâncias:

I- Prestação de mais de 15 (quinze) anos de serviço com exemplar cumprimento e zelo;

II- Confissão espontânea da infração.

Art. 118- As penas poderão ser agravadas pelas seguintes circunstâncias:

I- conclusão para a prática de infração;

II- acumulações de infrações;

III- reincidência genérica ou específica na infração.

Art. 119- As faltas prescreverão, contados os prazos a partir da data de infração:

I- Em 01 (um) ano, quando sujeitas a pena de repreensão;

II- Em 02 (dois) anos, quando sujeitas a pena de multa ou suspensão;



ESTADO DO CEARÁ

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

---

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

"Atrezo Nunca Mais"

III- Em 04 (quatro) anos quando sujeitas as penas de demissão, de cassação de aposentadoria ou de disponibilidade.

Parágrafo Único- A falta administrativa, também prevista como crime na lei penal, prescreverá juntamente com este.

Art. 120- O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

## CAPÍTULO X

### Do Processo Disciplinar

#### SEÇÃO I

##### Do Processo

Art. 121- A aplicação das penas e de cassação de aposentadoria ou de disponibilidade depende do processo disciplinar prévio.

§ 1º- Compete ao Prefeito Municipal ou ao Chefe imediato do servidor determinar a instalação de processo administrativo. (sessenta) dias, prorrogáveis por igual tempo, a fim de impedir que este venha influir na apuração da irregularidade.

Art. 130- A comissão, sempre que necessário, decidirá todo tempo aos trabalhos do processo ficando seus membros dispensados de suas atribuições normais durante o curso das diligências e elaboração do relatório.





ESTADO DO CEARÁ

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA  
"Atrase Nunca Mais"

## CAPÍTULO XI Do Servidor Contratado

Art. 131- A pessoal contratado que exerça funções de magistério, terá seus direitos e obrigações regidos por este regime jurídico, suplementado, no que for compatível, pelo regime jurídico único do servidor civil municipal.

## CAPÍTULO XII Do Treinamento e Aperfeiçoamento

Art. 132- Os servidores do magistério deverão participar de estágios e cursos de treinamento.

Parágrafo Único- Cabe ao órgão municipal de Educação elaborar o programa de treinamento do magistério local de acordo com as necessidades detectadas e as disponibilidades orçamentárias.

Art. 133- A frequência com aproveitamento, dos cursos de treinamento representará pontuação favorável nos casos de promoção ou merecimento.

Art. 134- Cabe ao órgão municipal de Educação, em elaboração com outros órgãos públicos:

- I- Desenvolver programas específicos para cursos de treinamento dos servidores do magistério;
- II- Conceder bolsas de estudo para os participantes de curso de treinamento, no Município ou fora dele;
- III- Recrutar pessoal especializado para orientação e execução desses cursos;
- IV- Providenciar material didático, de consumo de demais



ESTADO DO CEARÁ

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

"Atraso Nunca Mais"

requisitos necessário a realização dos cursos.

## CAPÍTULO XII

### Disposições Finais

Art. 135- Para todos os efeitos previstos neste estatuto e em Leis do Município os exames de sanidade física e mental serão obrigatoriamente realizados por médico da Prefeitura ou, na sua falta, por médico credenciado pela rede pública de saúde.

§ 1º- Em casos especiais, atendendo a natureza da enfermidade, o órgão ou a autoridade competente poderá designar junta médica para proceder ao exame, dela fazendo parte obrigatoriamente, o médico da Prefeitura ou o médico credenciado pela rede pública de saúde.

§ 2º- Os atestados médicos concedidos aos funcionários municipais, quando em tratamento fora do município terão sua validade condicionada a ratificação pelo médico da Prefeitura Municipal.

Art. 136- Contar-se-ão por dias corridos aos prazos previstos neste Estatuto.

Parágrafo Único- Não se computará no prazo o dia inicial prorrogado para o primeiro dia útil seguinte o do encerramento que incidir em sábado, domingo ou feriado.

Art. 137- São isentos de taxas, emolumentos ou custas, requerimentos, certidões e outros papéis que na esfera administrativa, interessarem ao funcionário municipal, ativo ou inativo nessa qualidade.

Art. 138- Cabe ao órgão municipal de educação elaborar as listas de enquadramento para os novos cargos do Magistério previsto neste Estatuto.





ESTADO DO CEARA

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA**

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA


"Atraso Nunca Mais"

Parágrafo Único- A lista de que trata este artigo deverá ser apresentada para aprovação do Prefeito Municipal, dentro do prazo de 40 (quarenta) dias a partir da promulgação desta Lei.

Art. 139- Poderão ser admitidos para cargos adequados, funcionários de capacidade física reduzida, aplicando-se processos especiais de seleção, observando-se o disposto na legislação federal.

Art. 140- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Abaiara (CE), em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 1997.

  
Prefeito Municipal